

# Síntese da Conjuntura Perspectivas para 2007

*Ernane Galvão*  
Ex-Ministro da Fazenda

A performance da economia brasileira em 2006 deverá ser ligeiramente superior à de 2005 (PIB de 2,3%), tendo em vista os bons resultados da área externa, com aumento de 15% das exportações e ganho de US\$ 11,9 bilhões, em Transações Correntes.

Todavia, o cenário para 2007 deverá ser pior que os dois anos anteriores, por várias razões, principalmente o arrefecimento na área externa, a redução dos gastos públicos e, possivelmente, uma expansão menor dos empréstimos bancários.

O ponto crucial, como vimos alertando há alguns anos, é a possibilidade de uma crise no setor público, face à continuidade do déficit orçamentário, sem condições de cobertura, seja pela exaustão do crescimento da carga tributária, seja pela dificuldade de financiamento mediante novas colocações de títulos da dívida pública.

O Governo continuará tendo sérias limitações para a realização de investimentos na infra-estrutura, o mesmo acontecendo com o setor privado. A falta de investimentos e um ritmo menor na expansão das exportações e do crédito, certamente, cercearão o crescimento do PIB, que poderá repetir a performance decepcionante de 2005 e 2006. Concomitantemente, poderão ser prejudicados os programas que vêm permitindo a redução da pobreza e das desigualdades sociais.

A atitude leniente do setor público não oferece garantia a uma solução pela via do ajuste fiscal, principalmente diante de um Congresso absolutamente irresponsável em relação a qualquer iniciativa de corte nos gastos públicos, inclusive na área da previdência social. Isto significa dizer que a carga tributária vai continuar se aproximando de 40% do PIB, estimulando a sonegação, como solução necessária à sobrevivência das pequenas e médias empresas. Daí, a recorrência do contrabando, o crescimento do desemprego e da economia informal, campo fértil para a corrupção e a violência urbana.

Nesse contexto, tudo indica que a impunidade continuará alimentando a subversão na área rural, comandada pelo MST, a Via Campestina, a Pastoral da Terra e várias organizações pseudoambientalistas, em sua maioria dirigidas por matrizes sediadas no exterior, sob as vistas complacentes do Ministério da Reforma Agrária. Paralelamente, vão crescendo os problemas gerados pelas populações “indígenas” e também patrocinados pela FUNAI e pelo INCRA, diante da passividade dos Ministérios responsáveis. Nos últimos 15 dias, “índios” queimaram 140 hectares de florestas de eucaliptos da ARACRUZ, no Espírito Santo. A imagem da empresa e suas

exportações estão sendo prejudicadas no exterior, principalmente na Europa.

O próximo governo terá que enfrentar esses problemas com seriedade, sob pena de comprometer o respeito à legalidade e à autoridade do Poder Público.

Uma notícia auspiciosa: levantamento recente da FGV mostrou que o índice de pobreza, no Brasil, caiu de 28,8%, em 1995, para 22,8% em 2005. Entretanto, como a população total cresceu nesses últimos dez anos, o número absoluto de pessoas que ganham R\$ 420,00 ou menos, por mês, se eleva a 42,6 milhões. Dois fatores básicos explicam a melhoria da distribuição de renda entre 2003 e 2005: o aumento real do salário mínimo, especialmente para os beneficiários do INSS, e o Bolsa Família, que já atende a 8,7 milhões de famílias. Do ponto de vista da desigualdade social, porém, verificase uma pequena deterioração: os 10% mais ricos, que detinham 13% da Renda Nacional, em 1993, detêm, hoje, 14,1% (ficaram mais ricos), enquanto a participação dos 50% mais pobres caiu de 45,6% para 45,1%, no mesmo período (ficaram mais pobres).

No início do Plano Real o índice de pobreza caiu de 35,3% (1993) para 28,8% (1995).

## **A EQUAÇÃO NÃO FECHA**

Segundo a maioria dos analistas econômicos, a economia brasileira jamais voltará a crescer às taxas históricas tradicionais enquanto a carga tributária não for drasticamente reduzida. Se esse é o diagnóstico, qual seria o caminho para a retomada do crescimento?

A carga tributária é o resultado da divisão do total de tributos arrecadados (numerador) pelo valor do PIB (total da produção de bens e serviços). Isto posto, a resposta para a indagação suscitada pode ser encontrada pela adoção de dois caminhos: pela redução do numerador, ou seja, do total dos tributos arrecadados no País, ou pelo aumento do denominador, isto é, do PIB nacional.

A redução dos impostos é politicamente inviável, tendo em vista que o Estado (União, Estados e Municípios) cresceu tanto que não encontra outra maneira de reduzir os tributos senão reduzindo os gastos do Governo, quer dizer, reduzindo os gastos sociais ou os investimentos em infra-estrutura. Não é preciso ir muito longe para concluir que a solução por essa via é politicamente inviável. Não há força, nem vontade política, no Planalto ou no Congresso Nacional, para determinar o que teria de ser feito: reduzir os gastos com as Câmaras de Vereadores e as Assembleias Legislativas estaduais, reduzir o número de Ministérios e extinguir vários órgãos ou programas que consomem grande parte dos orçamentos, suspender os reajustes de salários dos servidores civis e militares, colocar no Orçamento da União os programas de assistência social, que hoje aparecem misturados com os benefícios da Previdência Social (INSS) etc. Assim sendo, é absolutamente inviável reduzir os tributos.

Vejamos, então, a possibilidade de encontrarmos uma solução pela via do crescimento do PIB (denominador). Mas o PIB só crescerá, sustentadamente, se o Governo reduzir o peso dos impostos sobre o setor privado ou aumentar os investimentos em projetos fundamentais de infra-estrutura. Aí, esbarramos nos mesmos tipos de obstáculos: o Governo não tem recursos para investir na infra-estrutura, nem o setor privado tem margem para investimentos.

Visto por esse ângulo, podemos concluir que:

- 1) A carga tributária não oferece perspectiva de redução, pela inviabilidade de redução do numerador ou aumento do denominador.
- 2) Um aumento dos investimentos poderia tornar-se viável, através da captação de recursos externos.
- 3) Mas a captação de recursos externos dependerá do aumento da taxa de juros ou da desvalorização cambial (para aumentar as exportações e reduzir as importações), duas condições que, no momento, estão fora da competência do Governo.
- 4) O aumento da taxa de juros poderia atrair capitais para investimentos, a curto prazo, mas, a médio prazo, afugentaria os investidores.

Chegamos, então, à seguinte constatação: a redução da carga tributária não acontecerá, se não for reduzido o numerador ou aumentado o denominador. Portanto, politicamente, não há como executar uma política de crescimento econômico, por falta de alternativas.

O jeito (bem brasileiro) é continuar “empurrando com a barriga”, ou seja, continuar com o marasmo econômico dos últimos 25 anos. Até quando? Ninguém sabe. Esse é o tipo de “jogo” que poderá terminar em 2007 ou 2008. Mais cedo do que muita gente imagina.

## **ATIVIDADES ECONÔMICAS**

O Presidente Lula tem razão: a economia brasileira, desde os anos 70, não exibia indicadores tão favoráveis: superávit no balanço de pagamentos, melhoria da renda salarial (o salário mínimo cresceu

1,5 vezes acima da inflação) e inflação em nível internacional. Em compensação, nos últimos quatro anos, a carga tributária aumentou e a economia continuou mergulhada na recessão, com a metade da taxa de crescimento dos países emergentes e apenas acima do Haiti. Nesse contexto, o que é mais importante?

O destaque mais notável da economia nacional, em outubro, é o início de operações da nova mina de minérios da CVRD, na região de Belo Horizonte, com capacidade para produzir 12,5 milhões de toneladas, por ano. Isso poderá representar um acréscimo de US\$ 330,0 milhões, nas exportações brasileiras. Outros destaques poderão ser a inauguração da primeira turbina da Hidroelétrica Irapé-Cemig, de 360 MWe e a expansão de 18% nas liberações do BNDES, no 3º trimestre.

O consumo mensal de energia elétrica, em setembro, registrou aumento de 3,5%, em relação a setembro/05, porém, ficou abaixo 5,5% de julho e 4,8% de agosto. No acumulado do ano, houve aumento de 3,7%. Entre agosto e setembro, houve queda de 1,4%.

De alguma forma, o comportamento da economia, no último trimestre, vai depender do resultado das eleições presidenciais.

Na área fiscal, a Lei do Simples (1996), assim como a Lei Geral das MPE (PLC nº 100/06) representam uma forma inteligente num dos aspectos mais sensíveis da reforma tributária. Reduzem drasticamente a burocracia e a carga tributária das micro e pequenas empresas, incentivando a formalização dessas empresas e de seus empregados e estimulando o crescimento econômico. Evidentemente, foi um exagero elevar o limite do faturamento a R\$ 2,4 milhões/ano; mas isso talvez possa ser corrigido com emendas ao Projeto-de-lei.

O Projeto-de-lei, aprovado pela Câmara e, agora, em curso no Senado, merece três críticas fundamentais. Primeira: as alíquotas propostas ainda são muito elevadas. Segunda: exclui alguns setores da área de serviços. Terceira: exclui o *Sistema S* da participação proporcional no bolo da arrecadação. A exclusão dos S é um equívoco e uma injustiça, do ponto de vista de que são as empresas e os empregados das MPEs os que mais se beneficiam do SESC, SENAC e outros. Há resistências fortes à aprovação do Projeto, por parte dos governos estaduais (ICMS), dos Municípios (ISS) e das Confederações Patronais (S). Quanto à perda de arrecadação, conforme algumas simulações, é bem provável que não ocorra, eis que grande número das MPEs operam, hoje, na economia informal e não recolhem os tributos e as contribuições constantes do referido Projeto-de-lei. Assim, a esperada formalização poderá incrementar as atividades econômicas e aumentar a arrecadação, beneficiando, e não prejudicando, todos aqueles que receiam perdas com a aprovação do Projeto. O ideal seria que o PLC nº 100/06 não fosse aprovado na atual legislatura, a fim de permitir seu aperfeiçoamento.

O **Super Simples**, com uma única alíquota, substitui a arrecadação do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS, do PIS, do IPI e do INSS, além do ICMS e do ISS e das contribuições aos "S".

## **POR QUE O 2º TURNO?**

Até 15 de setembro, havia uma certeza absoluta de que Lula ganharia no 1º Turno. Foi quando aconteceu o novo escândalo Vedoim, que deixou claro haver o PT articulado, pelas figuras mais próximas do Palácio do Planalto, a baixaria de fabricar um *dossier* com calú-

nias e difamações contra o candidato à Presidência da República Geraldo Alckmim, e ao Governador de São Paulo, José Serra. Figuras proeminentes do PT e do Governo mobilizaram R\$ 1,7 milhão e US\$ 280 mil para a compra do *dossier*. A operação, vergonhosa e inescrupulosa, foi descoberta a tempo e as pessoas envolvidas foram afastadas do Governo e do comando da campanha do Presidente Lula.

O Tribunal Superior Eleitoral – TSE foi pressionado para adotar a proibição da candidatura do Presidente Lula, mas a medida não pôde ser efetivada, por força de um mandamento constitucional que impede esse procedimento no caso de candidatos que não chegaram a ter julgamento judicial. Assim, o Presidente Lula e vários de seus auxiliares, como Genoíno, Berzoini, Palloci e outros puderam candidatar-se.

Diante da acintosa e escandalosa tentativa de fraude eleitoral, o **TSE considerou esse fato mais grave que a famosa ocorrência do Watergate, que levou ao impeachment do Presidente Nixon, nos USA.** Esse fato, simples em sua aparência, foi, possivelmente, o estopim do 2º turno.

## Indústria

A indústria manteve ligeira recuperação em agosto, mas a categoria de bens de capital, que reflete os investimentos, indicou forte reação no mês. Os dados de agosto mostram aumento de 0,7% na produção industrial no País em relação ao mês anterior e de 3,2% na comparação com o mesmo mês de 2005.

De janeiro a agosto deste ano, a produção industrial acumula alta

de 2,8% e, em 12 meses, de 2,2%. A produção de bens de consumo semi e não duráveis caiu 0,9% em agosto ante julho e cresceu 1,2% em relação a agosto do ano passado. As importações de bens de consumo semi e não duráveis (calçados e têxteis) e duráveis (eletrodomésticos) estão afetando os dados de produção dessas categorias.

A indústria automobilística teve um péssimo setembro: a produção caiu -6,5%, em relação a setembro de 2005.

De **janeiro a setembro**, ainda se registra alta de 3,4% sobre igual período de 2005, com um volume de licenciamento maior, em +10,5%, e exportações, em +5,3%. Entretanto, em setembro sobre o mês anterior, todos os resultados foram negativos: produção -16,6%, licenciamento -10,7%, máquinas agrícolas -2,0% e exportações -0,4%.

Segundo a CNI, as vendas reais, em agosto, caíram 1,13%, em relação a julho, e subiram 3,91% em relação a agosto. Nos primeiros oito meses, houve queda de 0,08%.

## Comércio

As vendas do comércio varejista caíram 10%, em São Paulo, segundo a ACSP, mas no acumulado do ano, até setembro, houve alta de 4,2%.

Segundo a ABRAS, houve nova queda real nas vendas dos supermercados, de 2% em relação a agosto de 2005 e 1% em comparação a julho. Durante o ano, apenas abril registrou expansão nas vendas. De janeiro a agosto, há retração de 2,73%.

## Agricultura

Na safra 2006/07, a produção agrícola brasileira deverá ficar entre 117,7 milhões e 120,6 milhões de toneladas, porém, novo levantamento do IBGE indica uma queda da previsão para 116,5 milhões.

Conforme previsão da Conab, a produção pode cair 1,8% em relação à safra passada ou crescer 0,6%. Na safra 2005/06, a produção de grãos foi 119,9 milhões toneladas.

A Conab indica uma redução de 3,3% a 5,3% na área plantada das culturas agrícolas, saindo de 47,3 milhões de hectares, na safra anterior, para entre 44,7 e 45,7 milhões. A queda deve ser 5,3% – o segundo ano consecutivo de baixa. As vendas internas de máquinas agrícolas aumentaram 13,4%, entre setembro 06 e setembro 05, mas caíram 2,0%, em relação a agosto. No ano, de janeiro a setembro, as vendas aumentaram 4,5%. Apesar da perda de rentabilidade no setor agrícola, as encomendas de tratores na Agrale – dona de 75% do segmento de pequena potência (até 40 cavalos) – cresceram 10,9%, entre janeiro e agosto deste ano.

## Emprego

O emprego na indústria cresceu em agosto, pelo nono mês consecutivo: 0,21% na comparação com julho e 2,28% em relação a agosto do ano passado. As horas trabalhadas e a utilização da capacidade instalada permaneceram estáveis. Descontados os efeitos sazonais – e de calendário, que tiraram dois dias de agosto – as vendas reais caíram 1,13% ante julho. Na comparação com agosto de 2005, as vendas cresceram 3,91%.

A massa de salários pagos por empresas e governos teve crescimen-

to real de 8% em 2005, em relação a 2004, embora tenha sido criado praticamente o mesmo número de empregos com carteira assinada. Segundo a RAIS, no ano passado houve 1,831 milhão mais contratações que demissões, o segundo melhor resultado da série histórica. O recorde foi em 2004, com a criação de 1,863 milhão de novas vagas formais.

## Inflação

Não houve surpresas com a inflação de setembro: aumentaram um pouco os preços do varejo e caíram um pouco os do atacado.

O IPCA/IBGE, índice oficial, subiu 0,21% em setembro, superior à média do período abril/setembro, acumulando, no ano, 2,0% e, em 12 meses, 3,7%. Certamente, **vai chegar ao final do ano em torno de 2,5%**, o que representa recorde absoluto.

Os **preços por atacado**, que vinham relativamente altos, desde maio, também sinalizam **tendência de baixa**. O IGP-DI/FGV subiu 0,24% em setembro, 2,11% no ano e 3,16% nos últimos 12 meses. Deverá fechar o ano em torno de 3,0%.

Não poderia ser mais equivocada a decisão do CADE, pelo Tribunal de Justiça de Minas, mandando a Belgo Mineira retroagir seus preços de venda aos níveis de 1992, sob alegação de formação de cartel. Essa não é uma medida capaz de estimular os investimentos. É uma medida arbitrária, anticapitalista e antimercado.

## Setor Externo

O Fundo Monetário continua otimista, em relação a 2007, ante-

vendo uma ligeira queda de 5,1% para 4,9%, no PIB mundial. Os USA continuarão crescendo em torno de 3%, a Europa e o Japão 2%, a China 10%, secundada pela Índia e a Rússia. Para o Brasil, o FMI prevê uma expansão de 3,5%, portanto, acima de 2006 (3,1%).

O dólar barato elevou as importações brasileiras, em setembro, a US\$ 8,1 bilhões, 35% acima de setembro/05, enquanto as exportações foram de US\$ 12,5 milhões (+23,9%). As exportações acumuladas estão em US\$ 100,7 bilhões, contra US\$ 66,7 bilhões de importações.